

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS  
MISSÕES PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CÂMPUS DE ERECHIM  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANDRESSA ANDREOLA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA  
CRIANÇAS AUTISTAS**

**ERECHIM – RS**

**2024**

**ANDRESSA ANDREOLA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA  
CRIANÇAS AUTISTAS**

**Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito  
parcial à obtenção do grau de  
Pedagogia, Departamento de  
Ciências Humanas da  
Universidade Regional Integrada  
do Alto Uruguai e das Missões –  
Campus de Erechim.**

**Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Ms. Denise  
Aparecida Martins Sponchiado.**

**ERECHIM - RS  
2024**

**ANDRESSA ANDREOLA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA CRIANÇAS AUTISTAS**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Pedagogia, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ms. Denise Sponchiado

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim

---

Ms. Anelise Brod

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim

---

Dra. Rosane Vasques

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço especialmente à minha orientadora, Denise Sponchiado, por sua paciência, orientação cuidadosa e pelas valiosas contribuições ao longo de todo o processo. Sua dedicação e apoio foram essenciais para que este projeto se concretizasse.

Agradeço, ainda, à minha família, pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante, sempre acreditando no meu potencial e oferecendo suporte em todos os momentos. Aos meus amigos e colegas de curso, que tornaram essa jornada mais leve e significativa, com palavras de incentivo, apoio e troca de ideias valiosas.

Por fim, expresso minha gratidão a todos os professores e funcionários da URI, que contribuíram para o meu aprendizado e crescimento acadêmico ao longo desses anos, ajudando a formar a base necessária para que eu chegasse até aqui.

## RESUMO

Este trabalho aborda a inclusão escolar de crianças autistas, um tema de grande relevância diante do crescente número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão apresenta desafios diários e se tornou um tema amplamente discutido, onde os profissionais da educação enfrentam dificuldades constantes no ambiente escolar. Esses profissionais têm a responsabilidade não apenas de ensinar, mas também de formar cidadãos.

Para compreender os desafios enfrentados por professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas para crianças autista realizou-se uma revisão bibliográfica. Onde o seguinte problema é o impacto da falta de preparo e de conhecimento dos professores sobre os saberes necessários para a prática educativa inclusiva de crianças Autistas na efetivação de uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

O presente trabalho tem por objetivo geral investigar o impacto da falta de preparo e conhecimento dos professores em relação aos saberes necessários para a prática educativa inclusiva de crianças autistas na promoção de uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

Constatou-se que é imprescindível que o profissional da educação esteja qualificado para lidar com a diversidade em sala de aula. Enfrentar esses desafios, buscando desenvolver alternativas adaptadas às necessidades de cada aluno, fortalece não apenas a prática educacional, mas também a sociedade como um todo. É essencial que, juntos, professores, gestores e a comunidade escolar unam esforços para construir uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Autismo. Estratégias. Inclusão. Educação. Práticas Pedagógicas.

## ABSTRACT

This study addresses the school inclusion of autistic children, a highly relevant topic due to the increasing number of Autism Spectrum Disorder (ASD) diagnoses. Inclusion presents daily challenges and has become a widely discussed subject, where education professionals face constant difficulties in the school environment. These professionals are responsible not only for teaching but also for shaping citizens.

To understand the challenges faced by teachers in developing inclusive pedagogical practices for autistic children, a bibliographic review was conducted. The central problem addressed is the impact of teachers' lack of preparation and knowledge about the skills needed for inclusive educational practices for autistic children, affecting the provision of quality and inclusive education for all students. The present study aims to investigate the impact of teachers' lack of preparation and knowledge concerning the necessary skills for inclusive educational practices for autistic children, promoting quality and inclusive education for all students.

It was found that it is essential for education professionals to be qualified to deal with diversity in the classroom. Facing these challenges while seeking to develop alternatives adapted to each student's needs strengthens not only educational practice but also society as a whole. It is crucial that teachers, school managers, and the school community work together to build quality inclusive education.

**Keywords:** Autism. Strategies. Inclusion. Education. Pedagogical Practices.

40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO</b> .....	10
2.1. Conceitos .....	10
2.2. Características .....	11
2.3. Diagnóstico.....	12
<b>3. INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA REGULAR</b> .....	13
3.1. Conceitos de inclusão .....	13
3.2. A Legislação e a inclusão.....	14
3.3. A Escola diante da inclusão .....	16
3.4. Falta de preparo dos professores para a prática educativa das crianças autistas: suas implicações.....	19
<b>4. A FALTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO BARREIRAS À INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR</b> .....	22
4. 1. O papel do professor diante da inclusão da criança autista na sala de aula .....	25
4.2. Algumas sugestões para ajudar o professor na sua prática inclusiva .....	26
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo do tempo, tem-se observado um aumento significativo de crianças autistas em nossa sociedade, o que exige que a sociedade como um todo reflita e se adapte para enfrentar esses novos desafios. A inclusão dessas crianças é um passo essencial que deve ser priorizado. A escola é um dos principais ambientes onde essa inclusão deve ocorrer, já que é onde a criança passará grande parte de seu tempo e onde se iniciará sua integração social. Muitas dessas crianças chegam à escola sem um diagnóstico claro, precisam de um lugar de acolhimento e orientação para as famílias, ajudando-as a buscar o apoio necessário. Por isso, é fundamental que as escolas e os profissionais da educação estejam bem-preparados, pois eles desempenham um papel crucial nesse processo. Uma formação especializada é essencial para guiar as ações e decisões que serão tomadas.

Este tema foi escolhido devido aos desafios enfrentados diariamente, onde o trabalho com crianças autistas exige abordagens mais eficazes para garantir que esses alunos tenham acesso ao conteúdo de maneira inclusiva e de qualidade. Destacando a importância da formação docente e da construção de um ambiente escolar acolhedor e adaptado às necessidades desses alunos.

O presente trabalho tem por objetivos estudar os impactos da falta de preparo e conhecimento dos professores em relação aos saberes necessários para a prática educativa inclusiva de crianças autistas na promoção de uma educação de qualidade e inclusiva. Analisando o impacto da falta de preparo e conhecimento dos professores. Avaliando estratégias e recursos necessários para capacitar os professores, propondo medidas e ações para promover a formação aprimorando as atuações na prática educativa da educação inclusiva.

A discussão sobre a formação dos professores e profissionais da educação é constante no ambiente escolar. A capacitação dos professores não apenas resulta em uma implementação eficaz da educação inclusiva, mas também contribui para a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os envolvidos. A inclusão apresenta desafios diários e se tornou um tema amplamente discutido entre os profissionais da educação.

A monografia está estruturada em quatro seções principais. A primeira aborda o Transtorno do Espectro Autista (TEA), explorando seus conceitos, características e critérios de diagnóstico. A segunda seção examina o processo

de inclusão escolar, analisando as leis e decretos que o amparam, além de discutir como escolas e professores atuam dentro dessa perspectiva. A terceira seção foca no impacto da falta de preparo dos professores, destacando como essa carência afeta a prática pedagógica voltada para crianças autistas. Por fim, a quarta seção destaca sobre a inclusão da criança autista no contexto escolar e a inclusão social, e propõe sugestões para ajudar o professor na sua prática inclusiva.

Para compreender os desafios enfrentados por professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas para crianças autista realizou-se uma revisão bibliográfica. Foram analisados artigos acadêmicos, livros e legislações brasileiras que tratam da inclusão educacional, com ênfase no papel do professor. O material analisado inclui publicações retiradas de bases acadêmicas confiáveis como Scielo e Google Acadêmico. E de autores como Neto(2018), Freire(2003) e Sasaki(1997), e outros que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

## **2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO**

Desde a gestação, a família aguarda ansiosamente a chegada do filho ou filha, projetando em sua imaginação formas de acolhê-lo: um quarto aconchegante, uma casa repleta de amor e carinho, onde a alegria predomina e não há espaço para a tristeza. No entanto, após o nascimento da criança, a notícia de que ela possui algum transtorno do neurodesenvolvimento, como o autismo, pode abalar profundamente o núcleo familiar. Nesse momento, a família, muitas vezes despreparada emocionalmente, é surpreendida, e sentimentos de tristeza e desconforto podem tomar conta do ambiente familiar.

### **2.1. Conceitos**

O termo "autismo", que inicialmente significava um prejuízo na relação do sujeito com a realidade, foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1911 para descrever pacientes esquizofrênicos retraídos (Ajuriaguerra, 1977). Schmidt (2013, p. 72) informa que o pediatra austríaco Hans Asperger descreveu, em 1944, quatro crianças que apresentavam dificuldades na integração social, denominando esse quadro como "psicopatia autística", um transtorno de personalidade. O termo "autismo" origina-se do grego *autós*, que significa "de si mesmo". Foi empregado pela primeira vez por Bleuler em 1911 para descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes esquizofrênicos. Vinte e nove anos depois, o psiquiatra Leo Kanner (1943) configurou o autismo como é conhecido hoje, com Hans Asperger (1944) abordando a etiologia do autismo de forma unívoca (Cunha, 2015).

Kanner, psiquiatra austríaco naturalizado americano, publicou suas primeiras descobertas sobre o autismo. Ele identificou uma nova síndrome na psiquiatria infantil, denominada "distúrbio autístico do contato afetivo". Kanner (1943) observou crianças com inabilidades no relacionamento interpessoal, definindo o autismo como um transtorno que se estrutura nos dois primeiros anos de vida (Cunha, 2015, p. 21). Esses avanços permitem que profissionais e familiares colaborem em prol da inclusão e da qualidade de vida das pessoas com autismo, promovendo maior conscientização e respeito à neurodiversidade.

## 2.2. Características

Quando uma família interage com uma criança com autismo em brincadeiras ou jogos, pode perceber que a criança não responde aos estímulos. Isso gera preocupações sobre seu comportamento. Schwartzman (1997) descreve o autismo como um distúrbio que causa alterações nas interações sociais, falta de interesse pelo outro, levando ao isolamento, além de comprometimentos no desenvolvimento da linguagem e comportamentos estereotipados. Kanner (1943) baseou sua definição na observação de crianças internadas em uma instituição, notando que algumas delas não interagem funcionalmente com objetos e brinquedos, preferindo girá-los ou batê-los no chão, mantendo-se distantes das outras crianças.

Rotta et al. (2006) informam sobre a inabilidade inata para estabelecer contato afetivo e interpessoal, a insistência em determinadas rotinas, o apego a objetos específicos e o fascínio por movimentos repetitivos. Essas características chamam a atenção dos pais, especialmente quando, ao contrário das outras crianças que começam a juntar palavras e formar frases, as crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) tendem a perder essas habilidades, isolando-se e iniciando movimentos estereotipados (Schmidt, 2013).

Em relação à comunicação no autismo, destaca-se o uso limitado de comunicação não verbal, como contato visual, expressões faciais e gestos. É comum que a criança não responda quando chamada pelo nome ou a um simples aceno. Além disso, a criança pode reagir de forma agressiva ao ser retirada de uma brincadeira individual para participar de uma atividade coletiva, apresentando inabilidade para compartilhar a atenção com outros (Schmidt, 2013). De acordo com o DSM-5 (2014), o Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Higashida Durst (2014), em seu livro *O que me faz pular*, descreve como uma criança diagnosticada com autismo severo se sente em um mundo diferente, onde, ao estar perto de crianças "normais", sente-se excluída, não necessariamente por rejeição, mas porque as pessoas não sabem lidar com o transtorno. Ele nos faz refletir sobre a dificuldade de viver em um mundo onde a capacidade de falar e coordenar pensamentos está comprometida, criando uma

desordem mental que pode levar ao descontrole. Essa perspectiva ressalta o desafio extremo enfrentado por famílias que têm filhos com autismo.

Pandorga (2015) descreve o autismo como um transtorno complexo e abrangente do neurodesenvolvimento, caracterizado por uma tríade de dificuldades: comprometimento na comunicação, dificuldades na interação social e dificuldade com a imaginação social. Essas dificuldades afetam as relações sociais da criança autista, que pode se isolar devido à incapacidade de manter uma comunicação verbal típica para dialogar com outras crianças ou adultos, impactando sua vida social, profissional e, mais tarde, amorosa.

### **2.3. Diagnóstico**

Segundo o DSM-5 (2014), as características diagnósticas do autismo tornam-se evidentes durante o desenvolvimento da criança, com intervenções e apoios que, em alguns casos, podem reduzir ou compensar as dificuldades. As manifestações do transtorno podem variar dependendo da gravidade, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica, justificando o uso do termo "espectro". A idade e o padrão de início do TEA podem ser observados antes dos 12 meses se os atrasos no desenvolvimento forem graves ou percebidos após os 24 meses. Em alguns casos, as crianças podem apresentar regressão no desenvolvimento, com uma deterioração gradual ou rápida em comportamentos sociais ou no uso da linguagem durante os dois primeiros anos de vida. Fatores ambientais, genéticos e fisiológicos podem contribuir para o risco de TEA, que é diagnosticado quatro vezes mais em meninos do que em meninas.

Bezerra (2014) ressalta que a investigação é uma parte essencial do diagnóstico, pois os pais são geralmente os primeiros a notar algo diferente no comportamento do filho. Desde muito cedo, bebês com TEA podem apresentar sinais de que são diferentes das outras crianças, como desinteresse em estímulos sociais ou brincadeiras, preferindo focar em objetos específicos. Contudo, não se pode generalizar um padrão universal para todas as crianças com autismo, pois algumas podem não apresentar esses comportamentos inicialmente, apresentando um desenvolvimento aparentemente normal nos primeiros meses e manifestando mudanças comportamentais posteriormente.

### **3. INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA REGULAR**

A inclusão de crianças autistas na escola regular representa um avanço significativo no contexto educacional, promovendo um ambiente que valoriza a diversidade e garante o direito à educação para todos. Esse processo envolve adaptações pedagógicas e estruturais que atendam às necessidades específicas dessas crianças, visando a criação de um espaço acolhedor e estimulante para o desenvolvimento de suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

A inclusão escolar vai além do simples acesso à sala de aula; implica oferecer suporte especializado e estratégias de ensino individualizadas que permitam uma participação ativa e significativa no ambiente escolar. Nesse sentido, discutir a inclusão da criança com autismo na escola regular é essencial para entender os desafios e as práticas que contribuem para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

#### **3.1. Conceitos de inclusão**

A inclusão é um meio que visa garantir que pessoas com qualquer deficiência estejam inseridas no meio social, podendo ter oportunidades e igualdade. Visa promover com suas necessidades especiais trazendo estratégias, métodos, e implementação de modelos inclusivos (Mantoan, 2003).

A inclusão na escola deve ser um espaço em que se possa atender todas as diversidades, na qual todas as diferenças devem ser respeitadas. Onde podemos levar em consideração algumas possibilidades que envolvem contexto escolar, familiar e social. Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (Mantoan, 2003, p. 24).

A inclusão é inserida quando todos trabalham juntos para obter o sucesso. Assim, todos devem estarem inseridos em sala de aula, independentemente de suas diferenças. Segundo Lima e Mendes (2019, p. 56),

A inclusão é uma construção coletiva que depende da colaboração de professores, alunos, famílias e a sociedade como um todo, para criar um ambiente escolar que seja acessível e acolhedor para todos os estudantes.

Um trabalho em conjunto é fundamental, com um ambiente colaborativo e recursos que atendam às necessidades específicas para que haja um ensino correto.

### **3.2. A Legislação e a inclusão**

A Constituição Federal de 1988 estabelece no Artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Artigo 206 reforça que “o ensino será ministrado nos princípios de igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. Ainda, o Artigo 208 destaca o dever do Estado de garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica afirmam que “[...] a inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos” (Brasil, 2001, p.26). Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial foi publicada, orientando o processo de “integração instrucional” que condicionava o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que tinham condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares no mesmo ritmo que os demais estudantes. Contudo, essa política de 1994 não reformulou as práticas educacionais de maneira a valorizar os diferentes potenciais de aprendizagem, mantendo a educação desses estudantes sob a responsabilidade exclusiva da educação especial (Brasil, 2014).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando seu papel complementar ao ensino regular. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), em seu Artigo 2º, determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para atender aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, destaca no § 1º, inciso III, a garantia do atendimento às necessidades específicas na educação especial, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades. A meta 4 do PNE reforça a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006). O Artigo 1º da lei define que pessoas com transtorno do espectro autista são consideradas pessoas com deficiência, conforme a definição da ONU, que inclui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Entre as diretrizes da Lei nº 12.764/2012, destacam-se a intersetorialidade no desenvolvimento de ações e políticas, a participação da comunidade na formulação de políticas públicas para pessoas com transtorno do espectro autista, e o estímulo à inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, observando as peculiaridades da deficiência.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), é um marco legal no Brasil que estabelece diretrizes para a promoção dos direitos e da inclusão social das pessoas com deficiência. Essa legislação é baseada nos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008. O objetivo principal da LBI é garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e participação plena e efetiva na sociedade.

Seguindo a Lei nº 14.863, de 27 de maio de 2024, é uma importante legislação brasileira que trata de temas voltados para a inclusão social e

acessibilidade. Essa lei faz parte de um conjunto de normas que visam a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa, com foco na ampliação dos direitos das pessoas com deficiência e na garantia de sua plena participação em todos os âmbitos da vida social.

Essa nova lei está em sintonia com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que já estabelece um marco legal importante para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A Lei nº 14.863/2024 reforça e amplia algumas diretrizes fundamentais, especialmente no que diz respeito à acessibilidade, inclusão em campanhas sociais e preventivas, além de garantir o acesso pleno à informação por meio de tecnologias assistivas e adaptações necessárias.

A Lei nº 14.863/2024 é, portanto, um passo significativo no fortalecimento da política de inclusão no Brasil, promovendo maior conscientização sobre a importância de garantir direitos iguais a todos os cidadãos, especialmente àqueles que historicamente foram marginalizados devido a barreiras físicas, sensoriais ou comunicacionais.

Não podemos deixar de citar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, na qual representa um marco importante na trajetória da educação no Brasil. Ela foi elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de promover a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no sistema educacional regular. Essa política reafirma o compromisso do Brasil com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A política de 2008 se baseia no entendimento de que a Educação Especial deve ser parte integrante da educação regular, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a escolas inclusivas. Isso significa que a Educação Especial não deve ser oferecida de forma separada ou segregada, mas sim como um atendimento complementar e suplementar ao ensino regular.

### **3.3. A Escola diante da inclusão**

Mencionar a palavra "inclusão" nos coloca, como educadores, diante de desafios significativos. Vygotsky (1978, p. 57) ressalta que lidar com seres humanos é um dos maiores desafios da educação, especialmente quando se

trata de crianças autistas e suas famílias. Esse processo exige um compromisso profundo, pois, apesar das dificuldades, é importante lembrar que todos os seres humanos são constituídos de amor e necessitam desse afeto para construir seus conhecimentos. A inclusão pode ser promovida por meio desse laço afetivo entre professor e aluno, criando um ambiente escolar que se transforma em um verdadeiro espaço de aprendizado.

No 1º ano, a afetividade é fundamental e se manifesta através da interação dialógica durante o processo de desenvolvimento da aprendizagem. Saltini (1997, p.59) ressalta que “na relação professor/aluno, para haver desenvolvimento, faz-se necessário harmonia, respeito e percepção.” Essa relação dialógica vai além do simples conteúdo dos livros e cadernos; ela exige que professores e alunos realmente se conheçam e compreendam uns aos outros. É essencial reconhecer que a criança autista necessita de condições específicas para estar na sala de aula, continuando a educação iniciada em casa. Para isso, é necessário ter uma visão ampla e integrada do estudante, considerando suas necessidades individuais.

Para Fumagalli (2018) a movimentação da inclusão tem princípios de oportunidades e igualdade em sistemas sociais, incluindo a instituição escolar por este a existência de salas inclusivas nas escolas é fundamental para promover as interações das crianças autistas, proporcionando momentos em que elas realizam atividades e interagem com os colegas. Isso destaca a importância de não estarem isoladas, mas sim em um ambiente acolhedor, onde possam desenvolver suas habilidades e aprender em conjunto. Os benefícios dessa inclusão não são restritos apenas aos estudantes; os profissionais que trabalham com eles também ganham muito, aprendendo ao observar as interações e comportamentos dos alunos. Essa dinâmica contribui para que as atividades fluam de forma mais leve e para que os alunos se sintam verdadeiramente incluídos.

Quando a criança autista frequenta a escola e é atendida por pessoas preparadas, ela recebe grandes benefícios. O simples fato de ter oportunidade de interagir com outros alunos da mesma idade lhe proporciona momentos de descobertas e aprendizado, embora muitas vezes esse avanço se torne imperceptíveis de compararmos com a padronização. Mas segundo a particularidade, ele tem avanços visíveis sim em curto prazo. Para isto, as instituições escolares precisam estar preparadas estruturalmente e profissionalmente (Sousa, 2015, p. 15)

Dessa forma, o aluno tem um ambiente mais favorável, acolhedor, e que todos estão prontos para lhe atender, a escola deve buscar não apenas matriculá-lo para lhe colocar em uma sala de aula, mas sim dentro de uma escola, todos garantindo a inclusão, todos trabalhado para fazer a ambiente escola e uma sociedade igualitária. Assim, seu desenvolvimento passa de dentro da sala para ser desenvolvido dentro de um espaço abrangente.

É considerável o número de alunos autistas nas escolas comuns. Estudos e pesquisas afirmam que a intervenção educacional tem apresentado impactos positivos na aprendizagem, no desenvolvimento e na participação desses alunos (Sousa, 2015, p. 13).

Souza (2015) destaca sobre aumento dos casos de autismos sendo relevante, é um tema importante de ser abordado na escola para que se possa ficar atentos e preparados para receber essas crianças, podendo estar pensando em mudanças específicas, e estar preparados para os números muito elevados que encontramos. Os diagnósticos estão sendo recebidos cada vez mais precoces, as pessoas contêm mais informação e buscam com frequência mais delas.

A escola se torna um refúgio, onde as famílias encontram apoio e ajuda para seus filhos, inclui-las é um papel fundamental, estas crianças após inseridas no meio escolar, estão diariamente e passam a maior parte do tempo em meio a outras crianças criando estímulos, sendo introduzidas em um meio social com frequência, tendo diferentes vivências do meio familiar com crianças da sua faixa etária.

É preciso compreender que o ensino é uma das principais esferas a ser trabalhada no caso de crianças autistas. No entanto, é necessário estar pronto para atender às solicitações das crianças autistas, flexibilizar o diálogo, estimular a interação e ampliar a qualidade do convívio escolar para toda comunidade (Ângelo, 2021, p. 07).

O envolvimento da equipe escolar necessita de um desenvolvimento e novas alternativas para um ensino de qualidade, um ensino diferenciado buscando sempre introduzir aspectos que a criança que necessite e venha desenvolver novas habilidades. Para Fumagalli (2018) toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte.

### **3.4. Falta de preparo dos professores para a prática educativa das crianças autistas: suas implicações**

A falta de preparo dos professores para a prática educativa das crianças autistas é um desafio significativo na educação inclusiva, especialmente em um contexto em que se busca cada vez mais integrar alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares. Essa situação tem implicações profundas, tanto para o desenvolvimento dessas crianças quanto para a dinâmica escolar como um todo.

As crianças autistas necessitam de um apoio adequado por conta de suas necessidades, essas que são diversas, como a comunicação, a sensibilidade, estímulos, necessitam de rotinas específicas, diversas estratégias pensadas na melhor adaptação da criança para tornar-se um ambiente acolhedor e que possa proporcionar um espaço para sua qualidade de ensino. Respeitando suas diferenças, tempo de cada um. Como argumenta Fumagalli (2018, p. 28):

As escolas podem avançar no desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança enfatizando a responsabilidade dos educadores em ensinar as crianças com ou sem deficiência a partir da desconstrução do discurso da deficiência que envolve uma proposta de escola que não é capaz de beneficiar todos os alunos. A ampliação das oportunidades de formação dos profissionais da educação para a inclusão, o uso de novas abordagens pedagógicas, o investimento na educação infantil, o conhecimento do percurso educacional dos alunos e a construção de políticas de atenção às diferenças.

Seus desafios diários são imensos, para enfrentá-los devemos ter a consciência que estas crianças necessitam de tempo, respeito com seus limites. Nisso uma escola inclusiva se faz necessário para atender suas necessidades, ampará-los, e ampará-los sua família. Mas nestes momentos percebemos a dificuldade de qualificação de professores para lidar com inúmeras necessidades.

Sabe-se que o professor é o principal responsável em tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar metodologias que venham atender as necessidades deles. Pois é ele quem recebe e estabelece o primeiro contato com a criança, seja ele positivo ou negativo, dessa forma é do professor o desafio de efetivar o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar estratégias de desenvolvimento que atenda as necessidades de todos os alunos (Sousa, 2015. p, 14).

Os dilemas são diversos, percebemos a falta de preparo de muitos professores que não tem qualificação e formação para atuar em sua área,

quando abordamos o tema autismo notamos o espanto de professores, sua necessidade em saber lidar com esse desafio é gigante, temos em sala uma criança que necessita uma atenção especial, e tendo outros estudantes para aplicar uma aula, sua atenção assim será redobrada, seu horário em sala será bem corriqueiro e fora dela também, sua adaptação nas aulas serão necessárias, como novos métodos devem ser estudados e utilizados já que os mesmos por conta de suas necessidades não acompanham seus colegas.

Uma escola que não oferece suporte adequado para esses alunos acaba criando um ambiente de tensão e desgaste, tanto para os professores quanto para os outros alunos. Essa situação pode resultar em um ciclo de frustração e esgotamento, conhecido como burnout, especialmente entre os educadores que sentem que não possuem as ferramentas necessárias para exercer seu papel de maneira eficaz (Glat & Pletsch, 2020).

Para isso, conhecer a criança autista com que estamos lidando é um fundamental, necessitamos de tempo para fazer um relatório dela para analisar quais são suas necessidades e desafios que iremos encontrar em realizar as atividades, assim adaptando as atividades referente as situações. Precisassem de tempo, precisassem de apoio escolar para juntos poder estar analisando seus avanços em sala de aula.

Uma escola inclusiva pode contar com um currículo aberto e mais flexível, e com objetivos bem definidos como uma ferramenta para promover o desenvolvimento, ao contrário do que tínhamos na escola de ensino tradicional em que o currículo era algo acabado, fechado, preservado e transmitido intacto as novas gerações, havendo grandes dificuldades de mudanças (Fumagalli, 2018, p. 35).

A escola desempenha um papel essencial na vida do estudante, especialmente para a criança com autismo, desempenha um papel essencial na questão social, física, sensorial, e intelectual, se desenvolver com mais autonomia, os recursos devem ser diários, com rotinas adequadas, trazendo uma educação de qualidade, envolvendo os diversos profissionais que atuam com estes alunos. As crianças autistas precisam ser amparadas de uma forma adequada, as mesmas quando isso não acontece a um impacto significativo e tendem a demonstrar com facilidade em seus comportamentos, aprendizado, e no âmbito social. Seu comportamento é em muitas vezes mais complexo que

uma criança típica, tendem a mudar facilmente por conta de como a aborda, esta criança observa seu tom de voz, gestos, expressões faciais.

Se os professores não conseguem lidar de maneira eficaz com as necessidades dos alunos autistas, muitas vezes o tempo de aula é consumido por tentativas de controlar comportamentos ou gerenciar crises, o que acaba por prejudicar o andamento das atividades pedagógicas e o desempenho de toda a turma (Barreto, 2019).

São necessários espaços de qualidade e recursos adaptados com condições para um profissional consiga abordar a criança e desenvolver seu trabalho com excelência e que se possa obter evoluções. Elas pertencem a obter recurso especiais, da mesma forma seu profissional necessita de apoio e estes recursos. Estes recursos necessitam ser atualizados as novas gerações e rentes as necessidades de cada aluno, assim destacamos a importância de estudos referente a cada criança autista, conhecendo a mesma e sabendo o que ela precisa.

Neste modo devemos ressaltar a quanto é necessário sair do tradicional método de ensino, visando assim não apenas envolver em novos métodos apenas crianças autistas, mas sim trazendo a inclusão para a sala de aula, não apenas a criança autista e sim toda a turma, todos alunos que envolvem a sala de aula, todos que estão em torno de esta criança, envolvendo a inclusão, a mudança, elevando a dinâmica e as intervenção com ela. Podemos sair dos métodos tradicionais, para que os outros colegas se citam inclusos e ajudam a melhorar nossa sociedade.

As crianças autistas tendem a seguir rotinas fixas e, frequentemente, ocupam a mesma posição na sala de aula, podemos explorar novos contextos, mostrar para ela novos olhares, novas percepções, assim provocando aos estudantes buscando novos contatos, novas aproximações auxiliando no contexto do desenvolvimento e da aprendizagem.

#### **4. A FALTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO BARREIRAS À INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

O tempo necessário para o processo de formação e quebra de barreiras referentes à inclusão é fundamental tanto para a criança quanto para o docente ou profissional da educação, permitindo o desenvolvimento de planejamentos pedagógicos adequados às necessidades específicas de cada aluno. Contudo, profissionais que já enfrentam uma carga de trabalho elevada frequentemente carecem de tempo suficiente para estudar e implementar essas adaptações, o que pode resultar em desmotivação e comprometer o processo de inclusão. Nesse contexto, o suporte institucional se torna indispensável. A preparação docente é essencial para assegurar o pleno desenvolvimento das crianças, incluindo a adaptação de atividades pedagógicas, garantindo assim sua participação ativa e significativa nas aulas. Angelo (2021, p. 12) destaca:

Educar uma criança com necessidades educacionais especiais consiste em um fenômeno que permite ao professor refletir sobre suas práticas e suas concepções sobre um ensino que contemple todos os estudantes. Muitas vezes, o contato com essas crianças pode parecer assustador para o docente, principalmente se este possuir pouca experiência docente. É oportuno ressaltar que por mais importante que seja inserir a criança com deficiência na sala de aula regular, é necessário criar meios para que ela permaneça na escola, sem que tenha prejuízos em seu desenvolvimento.

A criança passa boa parte do dia em sala de aula ou com profissionais que a atendem, onde acontece a maioria do seu convívio social, recebendo estímulos diversificados.

Não só os professores, mas todos que atuam no ambiente escolar devem buscar formação para lidar com crianças que necessitam de atenção especial. O aumento de crianças autistas que está tendo em colégios está se tornando elevada, toda a sociedade deve buscar conhecimentos. É um ponto fundamental na vida do estudante, junto com os docentes e outros profissionais da área, um trabalho em conjunto para um mesmo caminho facilitando a vida e ensino da criança.

Isto é bem destacado por Neto (2018, p. 88)

Não podemos falar somente em inclusão escolar de forma passional, mas devemos fazer o debate segundo a visão de quem faz a escola, sejam professores, coordenadores, diretorias, porteiros, entre outros. Não basta que o aluno seja matriculado por força da lei em uma turma

de ensino regular, pois é de fundamental importância uma equipe preparada para que a inclusão se efetive.

Os profissionais também aprendem com seus alunos não apenas com formação, estamos em constante aprendizado, quando buscamos a formação já temos um público-alvo para ser trabalhado e desafios futuramente para enfrentar. Conseguimos colocar em prática aquilo que estudamos na teoria, analisando veridicamente, cada um com sua forma de agir e cada profissional com seu olhar, assim. destacamos a importância de os profissionais traçar juntos métodos para um melhor desenvolvimento. A convivência e o tempo serão muito significativos, muitas vezes tendo que mudar no percurso, crianças autistas desafiam o seu próprio conhecimento. Destaca Fumagalli (2018, p. 38):

O novo paradigma prega que a educação deve considerar a pessoa de forma integral, favorecendo o seu desenvolvimento global, com fim de incorporá-la ativamente na sociedade e para que isto realmente aconteça é importante que o professor compreenda e respeite as diferenças de seus alunos, possibilitando a inclusão educacional e social através de uma aprendizagem significativa.

Cada criança é um ser, cada um deles vai necessitar de métodos diferente, cada crianças tem seu tempo, seu estilo de aprendizagem, ritmo de desenvolvimento, adaptações diferentes com rotina e espaço, devemos olhar e respeitar suas diferenças, um professor com um olhar humanizado faz total diferença. Isso inclui ter acesso a informações de qualidade, estar diante de oportunidades ofertada para a particularidade de cada criança.

Devemos, então, conviver, respeitar, tolerar, acolher e aceitar as diferenças, e para que isto aconteça se faz necessário que seja fomentado em crianças desde a mais tenra idade e em todos os níveis do sistema educacional uma atitude de respeito para com os direitos das pessoas com deficiência. Somente dessa maneira, teremos adultos que valorizam e respeitam a igualdade como um direito básico de todo cidadão e não como algo que precisa ser conquistado. (Fumagalli, 2020, p. 16).

Não esquecendo de ressaltar que estas crianças precisam de um acompanhamento diários rotineiro, garantido suas necessidades específicas, sendo de forma contínua, facilitando seu progresso, já que eles tendem a ter o emocional mais sensível. Trazendo aulas produtivas e motivadas para aprender, suportes adequados são fundamentais para que seu aprendizado seja regular.

Segundo Fumegalli (2020, p. 40),

A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

O trabalho do professor exige uma abrangência de conhecimento, e de práticas pedagógica para um melhor acolhimento do estudante, respeitando suas diferenças e limites. As formas como desenvolvemos nossos contatos com as crianças autistas variam de pessoa para pessoa, elas aprendem observando nossas expressões, nosso jeito de lidar, nosso cuidado com brincadeiras, atividades e modo como agimos. Estas são crianças sensíveis, algumas alternativas podem ser pensadas, facilitando o trabalho do profissional e a inclusão, haver entre eles um trabalho de integração de profissionais e da gestão escolar. Para que a inclusão realmente aconteça são necessárias mudanças sociais, bem como um esforço mútuo de todos os profissionais da educação na busca pelo aprimoramento da prática educativa (Fumagalli, 2018).

A família e a escola desempenham um papel crucial na vida da criança com autismo, especialmente no processo de sua inclusão e desenvolvimento educacional. Podem desenvolver juntos um trabalho com desenvolvimentos positivos. A família podendo dar um incentivo grande para a escola, fornecendo informações sobre os estudantes para a reconstrução em sua forma de abordagem de atividades. Tendo este apoio das famílias, demonstra confiança em seu trabalho, uma forma de valorizar e mostrar segurança com quem está trabalhando seu filho. Como enfatiza Fumagalli (2018, p. 27):

A partir dessa compreensão, os professores, na sua relação com a comunidade podem identificar elementos que contribuam na elaboração de estratégias pedagógicas, favorecendo a intervenção no enfrentamento da exclusão educacional e social. Uma tarefa fundamental é organizar as escolas para a eliminação das barreiras, o fortalecimento das relações entre a escola e a família, o acesso aos serviços sociais da comunidade, o planejamento participativo, a troca de experiências no trabalho pedagógico e o desenvolvimento de mecanismos de gestão que priorizem a inclusão educacional.

Trabalhamos com a educação fundamentada em afeto e cuidado, criando um ambiente acolhedor para os estudantes. As crianças precisam de atenção especial, e sua educação requer paciência e dedicação, pois o desenvolvimento

ocorre em um ritmo próprio. Assim, é essencial que o profissional seja qualificado e sensível às necessidades individuais de cada aluno, sabendo que suas atitudes são observadas e servem de exemplo. Todos os profissionais da educação devem estar atentos às especificidades dos alunos com deficiência, respeitando-os e reconhecendo-os como cidadãos plenos, com os mesmos direitos que os demais, em busca de uma sociedade inclusiva e igualitária. (Fumagalli, 2018).

Essa abordagem afetuosa permite que o aluno se sinta valorizado e seguro, criando uma base sólida para seu aprendizado e desenvolvimento. Quando os professores demonstram respeito e aceitação genuína, ajudam a construir uma cultura de empatia e inclusão dentro da escola. Dessa forma, a educação inclusiva se torna um verdadeiro instrumento de transformação social, promovendo o respeito à diversidade e à individualidade.

#### **4. 1. O papel do professor diante da inclusão da criança autista na sala de aula**

O profissional é responsável pelo aprendizado de diversas crianças, nela inserida também crianças autistas, essa que necessita que atenção e aprendizados adaptados. Este tendo este desafio, onde: A inclusão não é somente aceitar a matrícula de um aluno, é ir além com projetos e propostas que apesar dos desafios apresentados, sejam ministrados com êxito e pensando em todos por um aprendizado comum (Angelo, 2021, p. 07).

Embora o professor não seja o único responsável pela inclusão do aluno com deficiência, o papel do professor é um dos pilares centrais no processo de inclusão do aluno. Caso contrário, é preocupante a discrepância que aflora entre a proposta da educação inclusiva e o processo de inclusão do aluno (Silva, 2015, p. 09).

Os professores necessitam fazer algumas mudanças em seu ensino, seu papel é importantíssimo, tanto para os estudantes e para as crianças autista, mas para isso ele também necessita estar preparado e ter apoio, ter qualificação de seu aprendizado para poder passar adiante.

Assim, compreende-se que educação inclusiva necessita de transformações com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade de ensino. A gestão escolar deve estar constantemente pensando e repensando práticas que envolvam a formação de seus profissionais, a melhoria de estruturas e atendimento ao público que necessita ser incluído por meio

do ensino regular. Como a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais pode ocorrer de forma mais lenta e gradativa, é fundamental que o educador esteja qualificado para atender suas especificidades, construindo técnicas de comunicação que possam atingi-lo de maneira significativa (Ângelo, 2021, p.12).

As transformações devem ser necessárias para alinhar os desafios enfrentados pelos professores neste momento.

Os educadores devem sempre prezar por um ensino de qualidade, inovando, aperfeiçoando suas práticas e abandonando as que não contemplam todos os alunos e, ainda, deve permanecer com aquelas práticas que podem ser benéficas, mesmo se somadas a outras novas. Deve-se sempre estar atualizado de acordo com os novos desafios a serem enfrentados por esses alunos e trabalhar com o objetivo de formar seres humanos capazes de decifrar a sua realidade e pensar o mundo de forma complexa e ativa (Ângelo, 2021, p.15).

Aranha (2001, p. 59) argumenta que "o professor é um dos agentes centrais na construção de uma escola inclusiva, pois ele atua diretamente com os alunos e pode adaptar o currículo, desenvolver materiais e criar um ambiente que respeite as diferenças". Mesmo com grande dificuldade ele precisa estar ciente que está em busca de trazer para estas crianças um ensino eficaz.

O professor exerce um papel fundamental como facilitador do processo inclusivo, pois ele é quem promove adaptações curriculares e media práticas pedagógicas que valorizem a diversidade no ambiente escolar. (Lima, M. A., & Mendes, E. G., 2019, p. 104).

Segundo Mantoan (2003, p. 56),

o professor assume a função de mediador, ajudando cada aluno a se desenvolver de acordo com suas possibilidades, respeitando a singularidade e promovendo uma aprendizagem significativa para todos.

Sabendo de todas as suas dificuldades e enfrentamentos que ocorrem em sua rotina, necessitasse de qualificação para assumir deveres complexos.

#### **4.2. Estratégias para uma prática inclusiva:**

A prática inclusiva no ambiente escolar exige que o professor desenvolva estratégias que promovam a participação ativa e o aprendizado de todos os alunos, respeitando suas individualidades e necessidades específicas. Com base nos desafios que podem surgir em uma sala de aula inclusiva, é fundamental que os educadores contem com sugestões e ferramentas que os auxiliem a adaptar suas práticas pedagógicas de maneira eficiente. Neste

sentido, esta seção apresenta algumas propostas que visam apoiar o professor na criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, onde cada estudante possa se sentir valorizado e incentivado a progredir em seu próprio ritmo de aprendizagem.

### **1. Formação inicial e continuada:**

É essencial que os cursos de licenciatura integrem em seus currículos disciplinas específicas sobre educação especial e inclusão, abordando teorias e práticas pedagógicas voltadas para a diversidade. De acordo com Mittler (2003), a formação inicial deve ser complementada por uma formação continuada que atualize os professores sobre novas metodologias e recursos pedagógicos inclusivos. A capacitação continuada pode incluir workshops, cursos de extensão, seminários, e outras formas de aprendizagem ao longo da carreira docente, focando na construção de um conhecimento prático e reflexivo sobre as necessidades educacionais especiais (Glat & Pletsch, 2020).

Essa preparação constante não só fortalece a confiança dos professores como também contribui para a criação de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. Quando bem informados e capacitados, os profissionais da educação estão mais aptos a desenvolver estratégias eficazes que respeitem e valorizem as diferenças, promovendo o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades específicas. Assim, a educação inclusiva se torna uma prática consolidada e transformadora, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

### **2. Práticas colaborativas:**

Uma das estratégias mais eficazes para capacitar os professores na educação inclusiva é o incentivo às práticas colaborativas. Segundo Stainback e Stainback (1999), a colaboração entre professores, especialistas em educação especial, pais e outros profissionais da educação é crucial para o desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo. A criação de comunidades de aprendizagem, onde os educadores possam compartilhar experiências e trocar conhecimentos, fortalece a prática docente e oferece suporte mútuo para enfrentar os desafios da inclusão.

### **3. Desenvolvimento de competências:**

Além de conhecimentos técnicos, é fundamental que os professores desenvolvam competências emocionais e sociais que os capacitem a lidar com a diversidade em sala de aula. Habilidades como empatia, paciência, resiliência e a capacidade de mediar conflitos são essenciais para promover um ambiente acolhedor e inclusivo. De acordo com Goleman (1995), essas competências são tão importantes quanto o conhecimento técnico, pois permitem que os docentes estabeleçam relações positivas e construtivas com todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

### **4. Criação de uma cultura inclusiva:**

É importante que a sociedade se comprometa com a causa da inclusão, reconhecendo que cada criança é única, com suas próprias características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem. Podem ser implantados programas educativos que promovam a inclusão, formando cidadãos que respeitam a si mesmos e aos outros em suas diferenças. Segundo Freire (2008), promover um desenvolvimento global implica fomentar uma rede de apoio e um ambiente estruturado para que todas as crianças se desenvolvam plenamente.

### **5. Conhecimento das necessidades específicas dos alunos:**

Compreender as diferentes deficiências e particularidades das crianças com necessidades especiais é fundamental para a criação de um ambiente inclusivo. Segundo Mantoan (2003), o professor deve buscar entender os desafios e as potencialidades dos alunos, adaptando as estratégias pedagógicas para cada caso.

### **6. Adaptação curricular e flexibilidade nas atividades:**

Segundo Mantoan (2003), adaptar o currículo flexibilizando atividades e métodos de avaliação é essencial para atender às necessidades dos alunos em uma sala de aula inclusiva. Isso pode incluir a adaptação de materiais didáticos, a diversificação das atividades, recursos e o uso de tecnologias assistivas

atendendo as necessidades de cada criança autista considerando suas habilidades, interesse e dificuldades.

### **7. Criação de um ambiente acolhedor e acessível:**

Um ambiente físico e emocionalmente acolhedor é fundamental para a inclusão. Organizar a sala planejando um lugar acessível para garantir acessibilidade e promover um espaço seguro e estimulante faz com que os alunos se sintam bem-vindos e confortáveis. Oferecendo um espaço suficiente para a movimentação e organização das atividades, acolhendo com recursos atrativos e significativos.

A criação de um ambiente inclusivo requer que os professores reavaliem suas práticas pedagógicas e estejam dispostos a modificar suas abordagens para atender a todos os alunos (Zabala,1999).

### **8. Utilizar recursos visuais e tecnologias assistivas:**

Segundo Mantoan (2003), as ferramentas visuais como softwares de leitura de tela, lupas digitais e outros dispositivos. As tecnologias assistivas podem auxiliar na comunicação e no entendimento de tarefas. É importante que o professor conheça e aplique essas ferramentas para que todos os alunos tenham acesso aos conteúdos de forma igualitária.

### **9. Avaliação contínua e personalizada:**

A avaliação deve ser adaptada às capacidades e ao ritmo de cada aluno, valorizando o progresso individual. métodos alternativos, como portfólios, autoavaliações e observação direta, são recomendados para considerar o desenvolvimento de cada estudante.

A avaliação contínua e personalizada é essencial para o desenvolvimento de crianças autistas, pois permite identificar as particularidades de cada aluno e ajustar estratégias pedagógicas conforme suas necessidades específicas. Este processo promove o aprendizado significativo, respeitando o ritmo individual de cada criança. (Oliveira, 2018, p. 45).

É necessário observar o progresso de cada crianças e suas especificidades, utilizando métodos eficazes de avaliação. Como por exemplo:

portifólios, mapas conceituais, feedback informativos, diários de aprendizagem etc.

#### **10. Estabelecer parcerias com a família e a comunidade escolar:**

Colaboração com as famílias e com outros profissionais (como psicólogos e terapeutas) é importante para alinhar estratégias de ensino e entender melhor o contexto dos alunos. Isso contribui para um trabalho mais integrado e eficaz na inclusão. "A integração entre comunidade escolar e família fortalece o suporte educacional, promovendo maior envolvimento e eficácia nas práticas inclusivas." (Dellani, 2012, p. 58). Destacando a importância do envolvimento dos diversos profissionais.

#### **11. Conscientização da turma sobre a inclusão:**

Segundo Mantoan (2003), trabalhar temas como empatia e respeito à diversidade com toda a turma é essencial para uma educação inclusiva de verdade. Realizar atividades de sensibilização sobre a importância da inclusão ajuda a criar uma cultura de respeito e aceitação.

Diante das sugestões apresentadas, é possível perceber que a inclusão na prática educativa requer um esforço conjunto e contínuo, onde a formação, o apoio institucional, a colaboração e o desenvolvimento de competências socioemocionais desempenham papéis fundamentais. Cada estratégia proposta visa fortalecer a atuação dos professores no processo inclusivo, promovendo um ambiente escolar que acolhe, valoriza e respeita as diferenças.

A construção de uma cultura inclusiva depende da compreensão de que cada aluno traz consigo particularidades que podem enriquecer o coletivo, desde que suas necessidades sejam atendidas de forma individualizada e empática. Ao incorporar esses elementos no cotidiano escolar, o professor contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa, preparando todos os estudantes para uma convivência pautada no respeito e na valorização da diversidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa aborda investigar o impacto da falta de preparo e conhecimento dos professores em relação aos saberes necessários para a prática educativa inclusiva de crianças autistas na promoção de uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

As práticas educativas inclusivas voltadas para crianças autistas, oferecendo uma visão aprofundada sobre um tema atual e relevante. O estudo discute aspectos fundamentais do autismo, suas características e os desafios enfrentados no ambiente escolar. Além disso, enfatiza a importância da colaboração entre profissionais da educação e especialistas que atuam diretamente com crianças autistas, destacando estratégias que facilitam o desenvolvimento e a inclusão desses alunos no contexto escolar.

A educação inclusiva é um tema central no ambiente escolar, trazendo à tona questões enfrentadas diariamente pelos profissionais da educação. Um dos principais desafios é a falta de formação específica, somada ao crescente número de diagnósticos de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Muitos educadores encontram-se despreparados e sem acesso a recursos adequados, apesar de desejarem proporcionar o melhor para seus alunos. Essa carência de preparo e ferramentas adequadas reflete-se na prática pedagógica, gerando obstáculos para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Além disso, a educação inclusiva exerce um papel essencial na formação social e escolar dos estudantes, demandando transformações nos currículos tradicionais e a criação de oportunidades de formação continuada. O desenvolvimento de conhecimentos específicos e o investimento em capacitação são fundamentais para que os professores possam adaptar suas metodologias e promover uma inclusão mais eficaz. Garantir que todos os estudantes, inclusive aqueles com necessidades específicas, tenham acesso a recursos e oportunidades iguais contribui para a construção de um ambiente escolar enriquecedor, onde cada aluno possa explorar e desenvolver seu potencial ao máximo. Esse processo também humaniza o aprendizado, tornando-o mais empático e consciente das particularidades de cada indivíduo.

Conclui-se, portanto, que é imprescindível que o profissional da educação esteja qualificado para lidar com a diversidade em sala de aula. Diante do aumento dos diagnósticos de TEA, é necessário que os educadores saibam como enfrentar desafios e buscar soluções que promovam uma inclusão efetiva. Enfrentar esses desafios, buscando desenvolver alternativas adaptadas às necessidades de cada aluno, fortalece não apenas a prática educacional, mas também a sociedade como um todo. É essencial que, juntos, professores, gestores e a comunidade escolar unam esforços para construir uma educação inclusiva de qualidade, onde cada estudante seja valorizado e tenha as condições necessárias para aprender e crescer em um ambiente de respeito e apoio mútuo.

## REFERÊNCIAS

- AJURIAGUERRA, J. de. **Manual de Psiquiatria Infantil**. 4. ed. Barcelona: Toray-Masson, 1977.
- ALMEIDA, M. I. S. **Genes envolvidos na determinação do autismo**. Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências da Saúde, Porto, junho 2014.
- ANGELO, Jamisson Da Silva. **O papel do professor na inclusão do aluno autista**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 06, ed. 07, vol. 03, p. 137-150, jul. 2021. Disponível em:
- ASSUMPÇÃO JR., F. B. **Autismo e esquizofrenia: Diagnóstico diferencial**. In: ASSUMPÇÃO JR., F. B. (Org.). Transtornos invasivos do desenvolvimento. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 45-59.
- BARRETO, João Carlos. **A educação inclusiva e o papel do professor: reflexões sobre a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Editora C, 2019.
- BERSCHE, Rita. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. In: ENSAIOS PEDAGÓGICOS. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BEZERRA, S. R. **A Inclusão de Alunos com Autismo na Escola Regular: Desafios e Perspectivas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13146.htm). Acesso em: 16 out. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.863, de 27 de maio de 2024**. Acesso em: 16 out. 2024.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.
- BRASÍLIA. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. CORDE, 1994.
- CADERNOS Pandorga de Autismo. **O que é autismo e como reconhecê-lo**. São Leopoldo: Oikos, 2015. v. 6, p. 27.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak, 2009.

CUSTÓDIO, S. de C. **Autismo: Diminuição do impacto junto à família.** Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem - Área Atenção Psicossocial. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2014.

CUTLER, B.; DOROTY, L. *Naturalistic Focused Stimulation Intervention for Communicative Impairments in Autism.* Huron, OH: Ossfec, 2000. In: SERRA, Deyse. **Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular: quando o campo é quem escolhe a teoria.** Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 163-176, jul./dez. 2000.

DELLANI, J. P., & MORAES, M. C. **A formação de professores para a educação inclusiva.** In: Anais do Congresso Nacional de Práticas Inclusivas (CONAPI), 2012.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Secretaria de Educação Especial: MEC; SEESP, 2001.

FARINHA, V. A. **Inclusão de Autistas nas Aulas de Educação Física: Possibilidades pedagógicas que podem auxiliar em suas potencialidades.** Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

FERREIRA, C. G. F. **A negociação do diagnóstico de autismo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Bacharelado em Ciências Sociais). Porto Alegre, 2015.

FUMAGALLI, R. C. de A. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** 2012. Editora UNIJUI.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão.** 2008. Acesso em: 26 out. 2024. <<https://www.nucleodoconhecimento.com>

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Ávila. **Inclusão escolar: Desafio de uma educação para todos?** Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/f6f72fb3-cbfb-4cb2-8389-47d604cb2e04/content>>. Acesso em: 26 out. 2024.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação inclusiva: cultura, políticas e práticas.** Rio de Janeiro: Editora D, 2020.

HIGASHIDA, N. **O que me faz pular.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, C. P. **Face a face com o Autismo – será a inclusão um mito ou uma realidade?** Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Área de Especialização: Domínio Cognitivo e Motor, Universidade Federal do Paraná, 2012.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 88.

NUNES, P. R. D. et al. **Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 557-572, set./dez. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/index.php/educacaoespecial>. Acesso em: 02 jun. 2017.

OBADIA, S. A. **Desvendando o autismo e a educação.** Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 6, n. 2, p. 33-41, maio/ago. 2016.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC/SEESP, 1999.

Oliveira, M. C. (2018). **Educação inclusiva: Desafios e possibilidades.** São Paulo: Editora Aprender.

ROLIM, C. S.; DE SOUZA, L. S. A.; GASPARINI, G. C. **A terapia ocupacional e o método TEACCH no tratamento do portador de autismo.** Multitemas, n. 23, 2016.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; DOS SANTOS RIESGO, R. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Artmed Editora, 2006.

SALGADO, M. A. **Impasses e Passos na Inclusão Escolar de Crianças Autistas e Psicóticas: O trabalho do professor e o olhar para o sujeito.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2012.

SALTINI, C. J. P. **Afetividade e Inteligência.** Rio de Janeiro, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 2013.

SCHWARTZMAN, J. S. **Integração: do que e de quem estamos falando?** In: MANTOAN, M. T. E. et al. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 62-66.

SILVA, M. P. A. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 5, n. 1, 2014.

SOARES, M. F. C. **Com-paixão e afetividade: caminhos para a inclusão escolar e social**. São Leopoldo: EST/PPG, 2015.

SOUSA, Maria Josiane Sousa de. **Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade**. Monografia (Especialização em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/15847>. Acesso em: 09 out. 2024.

Vygotsky sobre o desenvolvimento cognitivo é o livro "**Mind in Society**" (1978), publicado pela Harvard University Press p. 57.

Zaballa, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Artmed, (1999. p. 35).